



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

**CERTIFICADO N°** : 201108750  
**UNIDADE AUDITADA** : 158135 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 23051.003574/2011-09  
**MUNICÍPIO - UF** : Belém - PA

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de **01/01/2010 a 31/12/2010**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. A partir dos exames realizados, as seguintes constatações, que estão detalhadas no respectivo Relatório de Auditoria, impactaram de forma relevante a gestão da unidade examinada, sendo necessária a atuação e acompanhamento das providências preventivas e/ou corretivas por parte dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010:

2.2.3.1 Restrição aos trabalhos (limitação do escopo de auditoria) em decorrência do não atendimento de solicitações para apresentação de documentos

5.2.1.1 Não atendimento das recomendações da CGU para observação dos prazos nos processos administrativos disciplinares

4.1.1.1 Não atendimento das determinações exaradas pelo TCU no Acórdão 7698/2010-1ª Câmara para regularização de divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo do SIAFI

2.2.1.1 Deficientes condições de trabalho e não implementação das recomendações da Auditoria Interna

3.1.1.1 Inscrição de empenhos em Restos a Pagar sem a correspondente comprovação de sua

regularidade.

5.1.1.1 Cessão de servidores sem atendimento das normas que regem a matéria

7.1.2.1

Realização indevida de dispensa de licitação com fundamento no Inciso XI do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, no valor total de R\$ 1.267.874,12.

5.1.1.2 Pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade sem comprovação documental do direito ao recebimento, visto que não há portaria de localização dos servidores que recebem os adicionais.

7.1.2.3

Formalização de contratos com a FUNCEFET/PA no valor de R\$ 6.186.907,60, sem atendimento das determinações do Acórdão nº 2.731/2008-TCU-Plenário.

7.1.2.4

Realização indevida de 04 dispensas de licitação, no valor total de R\$ R\$ 105.504,15 (Cento e cinco mil quinhentos e quatro reais e quinze centavos)

5.1.1.5 Falta de registro de atos de admissão e concessão de aposentadoria e pensão, efetivados no exercício 2010, no sistema SISACNET/TCU.

7.1.2.5

Contratação indevida de serviço de jardinagem por dispensa de licitação com base no Inciso II do Artigo 24 da Lei n.º 8666/93

4. Assim, em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108750, proponho que o encaminhamento das contas dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 seja como indicado a seguir, em função da existência de nexo de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações a seguir especificadas:

#### 4.1 Agentes com proposta de encaminhamento pela gestão **REGULAR COM RESSALVAS**:

Cargo	Constatação
Reitor Pro Tempore no período de 1/1/2010 até 31/12/2010	3.1.1.1 5.2.1.1 2.2.3.1 2.2.1.1 7.1.2.3 4.1.1.1
Pró-Reitor de Administração no período de 1/1/2010 até 31/12/2010	3.1.1.1 5.1.1.1 5.1.1.2 7.1.2.4 5.1.1.5 5.2.1.1 2.2.1.1 7.1.2.3 4.1.1.1
Diretor do Campus Castanhal no período de 1/1/2010 até 31/12/2010	7.1.2.1

5. Esclareço que os demais agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 que não foram explicitamente

mencionados neste certificado têm, por parte deste órgão de controle interno, encaminhamento para julgamento proposto pela **regularidade** da gestão, tendo em vista a não identificação de nexo de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos referidos agentes.

6. Ademais, esclareço ainda que no caso da(s) constatação(ões) referida(s) no(s) item(s) 7.1.2.5 do Relatório de Auditoria, constante no item 3 deste Certificado, não foi identificado nexo de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010.

Belém/PA, 14 de julho de 2011

---

Marcelo Borges de Sousa  
Chefe da CGU - Regional/PA